

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil em 30 de Setembro de 2017



SUMARIO

BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
01 CONTEXTO OPERACIONAL	10
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	10
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	15
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	15
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS	16
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL.....	17
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO	17
09 IMOBILIZADO	18
10 INTANGÍVEL	19
11 FORNECEDORES	19
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS	20
13 OBRIGAÇÕES A RESTITUIR	20
14 CONTINGÊNCIAS E APROPRIAÇÕES POR COMPETÊNCIA	20
15 DOS REPASSES RECEBIDOS DA UNIÃO COMO SUBVENÇÕES E A MUDANÇA DE CRITÉRIO CONTÁBIL.	22
16 CAPITAL SOCIAL	24
17 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	24
18 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25
19 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA	26
20 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	27
21 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	27
22 RESULTADO FINANCEIRO	28
23 SEGUROS DE RISCOS	29

2

Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de setembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	30/09/2017	30/09/2016
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	55.100	37.699
Créditos a Receber Curto Prazo		-	-
Faturas e Duplicatas a Receber		234	3
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	39.848	40.339
Recursos a Receber por Transferência		-	-
Contingências e apropriações por Competência	14	204.072	188.470
Adiantamentos de Pessoal	7	19.855	18.212
Adiantamentos a Unidades e Entidades		-	538
Demais Contas a Receber		136	103
Adiantamentos a Fornecedores		14	314
Estoques		-	-
Estoques Materiais de Consumo	8	17.046	22.380
Importação em Andamento		1.135	1.009
Despesas Pagas Antecipadamente		-	-
Prêmios de Seguros a Apropriar		211	211
Assinaturas e Anuidades a Apropriar		15	46
		<u>337.666</u>	<u>309.324</u>
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.944	1.827
Contingências e apropriações por Competência	14	262.469	249.255
Devedores por Convênios		44	19.916
Provisão para Perdas (devedores por convênios)		-	(19.916)
Imobilizado	9	700.732	584.394
Intangível	10	405	942
		<u>965.594</u>	<u>836.418</u>
Total do Ativo		<u><u>1.303.260</u></u>	<u><u>1.145.742</u></u>

3

Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de setembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma
Passivo

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Circulante			
Fornecedores	11	19.722	26.935
Obrigações Tributárias e Sociais	12	1.756	1.784
Obrigações a Restituir	13	-	12.225
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	204.072	188.470
Outras Obrigações		4.862	3.618
		<u>230.412</u>	<u>233.032</u>
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		-	16.448
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	262.469	249.255
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		445.106	-
Receita Diferida Líquida		-	251.437
		<u>707.575</u>	<u>517.140</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado	16	376.404	376.403
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		95.593	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	17	(19.145)	(18.027)
Reservas de Lucro		20.863	23.930
Lucros Acumulados		(108.442)	13.264
		<u>365.273</u>	<u>395.570</u>
Total do Passivo		<u>1.303.260</u>	<u>1.145.742</u>






 4



Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota	30/09/2017	30/09/2016
Receita Operacional Bruta			
Serviços Prestados		162.308	171.858
Repasse Recebidos		858.782	767.056
Repasse de Apropriações a Receber		75.855	73.357
		<u>1.096.945</u>	<u>1.012.271</u>
Ajustes da Receita Bruta			
Receitas de Diferido (Reversão da Subvenção)		(409)	5.034
Repasse p/Subvenções e Doações Governamentais		(95.593)	(91.071)
Repasse Concedido (CAPES)		(777)	(308)
		<u>(96.779)</u>	<u>(86.345)</u>
Deduções da Receita Bruta			
PIS s/Faturamento		(270)	(258)
COFINS s/Faturamento		(1.248)	(1.195)
Glosas e Abatimentos		-	(32)
		<u>(1.518)</u>	<u>(1.485)</u>
Receita Operacional Líquida	18	998.648	924.441
Custo dos Serviços	19	(796.843)	(740.363)
Resultado Operacional Bruto		201.805	184.078
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas	19	(193.147)	(179.456)
		<u>(193.147)</u>	<u>(179.456)</u>
Outras Receitas e Despesas			
Receitas		34.495	11.352
Despesas		(35.274)	(157)
Resultado c/Baixa Bens Imobilizado		(204)	(519)
	21	<u>(983)</u>	<u>10.676</u>
Lucro Antes do Resultado Financeiro		7.675	15.299
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(119.554)	(4.736)
Receitas Financeiras		2.465	1.528
	22	<u>(117.089)</u>	<u>(3.208)</u>
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício		<u><u>(109.414)</u></u>	<u><u>12.090</u></u>

5
UR
Almeida



Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de setembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	<u>Capital Realizado</u>	<u>Remessa de Subvenção p/ Investimento</u>	<u>Ajuste de Avaliação Patrimonial</u>	<u>Reservas De Lucro</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	376.404		(16.854)	23.555	-	383.105
Realização Avaliação Patrimonial	-		(1.319)	-	1.319	-
Resultado do Exercício	-		-	-	(3.765)	(3.765)
Ajuste de Exercício Anterior	-		-	413	-	413
Transferência de Prejuízo Acumulado para Reserva	-		-	(2.446)	2.446	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	376.404		(18.173)	21.522	-	379.753
Realização Avaliação Patrimonial	-		(972)	-	972	-
Resultado do Exercício	-		-	-	(109.414)	(109.414)
Adiantamento para Futuro	-	95.593	-	-	-	95.593
Aumento Capital	-		-	-	-	-
Ajuste de Exercício Anterior	-		-	(659)	-	(659)
Transferência do Lucro Acumulado para Reserva	-		-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	376.404	95.593	(19.145)	20.863	(108.442)	365.273

6

Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício	(109.414)	12.090
Ajustes de Depreciação/Amortizações	16.868	16.121
Atualização Monetária AFAC/Reversão Subvenção	136.770	-
Juros e Correção sobre Depósito Recursal	(43)	-
Varição Cambial Passiva (Importação)	397	208
Varição Cambial Ativa (Importação)	(372)	(126)
Custo de Obras em Andamento	(132)	(182)
Baixa de Bens Imobilizados	733	1.207
Produção Bens Imobilizado	(373)	(1.294)
Produção de Bens em Estoque	(1.267)	-
Reversão/ Provisão p/Devedores Duvidosos	(1.065)	(571)
Reversão Adiant. Transf. Entidades p/Ajustes Ex. Anteriores	(659)	-
Aumento de Recursos a Receber para Provisão de Contingências	(20.992)	(29.133)
Aumento Provisão para Contingências	20.992	29.133
	<u>150.857</u>	<u>15.363</u>

Varição de Ativos e Passivos

Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	7.026	11.883
Recursos Especiais a Receber por Restos a Pagar	(44)	-
Recursos a Receber de Provisão de Férias	(3.021)	2.101
Recursos a Receber de Provisão p/13º Salário	(46.275)	(42.612)
Recursos a Receber de Licença Especial	(5.560)	(3.714)
Recursos a Receber de Previdência Privada (CP e LP)	3.798	4.873
Adiantamentos a Pessoal	(8.283)	(7.201)
Outras Contas a Receber a Curto Prazo	531	190
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(99)	(481)
Importações em Andamento (Estoque)	73	90
Estoques	6.053	3.329
Despesas Pagas Antecipadamente	(85)	(237)
Fornecedores	(18.508)	(13.824)
Outras Obrigações a Pagar	(10.615)	13.800
Obrigações com Pessoal	6	-
Obrigações Sociais a Pagar	(352)	(44)
Obrigações Tributárias a Pagar	(302)	(818)
Adiantamentos de Aluguéis e Clientes	-	-
Provisão p/Férias	3.022	(2.102)
Provisão p/13º Salário	46.275	42.612
Provisão p/Previdência Privada (CP e LP)	(3.804)	(4.873)
Provisão p/Licença Especial	5.560	3.714
	<u>(24.604)</u>	<u>6.686</u>

Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais

	<u>16.839</u>	<u>34.139</u>
--	----------------------	----------------------

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Aquisições de Bens Imóveis	(89.387)	(89.100)
Aquisições de Bens Móveis	(2.839)	(5.833)



Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Aquisições de Importação em Andamento

Aquisições de Bens Intangíveis

(87)

(983)

(23)

Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimento

(92.336)

(95.916)

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas Repassadas

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

-

83.719

95.593

Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento

95.593

83.719

Caixa Adicionado no Período

20.096

21.942

Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício

(35.005)

(15.757)

Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício

55.101

37.699

Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa

20.096

21.942

Doações de Bens Móveis (Imobilizado)

1.012

2.000

Doações de Mercadorias (Estoques)

3.267

1.678

Ajustes de Exercícios Anteriores

(658)

375

Transações que não envolveram o Caixa

3.621

4.053

8



Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Demonstração do Valor Adicionado		
Receitas		
Prestação de Serviços	162.308	171.858
Outras Receitas	32.369	10.353
Prov.Créd.Liq.Duv.-Reversão/Constituição	783	566
Reversão Custo Diferido	(34.279)	-
	<u>161.181</u>	<u>182.777</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)		
Custos dos Serviços Prestados	(101.817)	(107.810)
Serviços de Terceiros	(97.999)	(94.975)
Perda/recuperação de Valores Ativos	(660)	(575)
	<u>(200.476)</u>	<u>(203.360)</u>
Valor Adicionado Bruto	<u>(39.295)</u>	<u>(20.583)</u>
Despesas com Depreciação/Amortização	(16.884)	(16.873)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	<u>(56.180)</u>	<u>(37.456)</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	2.465	1.528
Repasse Recebidos (-) Subvenções	839.044	749.342
Repasse Concedidos/Diferido	(777)	(308)
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	(410)	5.034
Receitas de Aluguéis	2.960	2.701
	<u>843.282</u>	<u>758.297</u>
Valor Adicionado Total a Distribuir	<u>787.102</u>	<u>720.841</u>
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	540.143	488.766
Benefícios	56.467	52.120
FGTS	42.841	38.819
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	134.456	121.361
Estaduais/Municipais	55	95
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	119.554	4.736
Locação de Imóveis/Condomínio	767	662
Locação de Máquinas e Equipamentos	2.233	2.191
Remuneração dos Capitais Próprios		
Lucros Retidos do Exercício	(109.414)	12.090
Valor Adicionado Distribuído	<u>787.102</u>	<u>720.841</u>



Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (“HCPA” ou “Instituição”), com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970 caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e a pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a pacientes particulares. Do ponto de vista organizacional, o hospital é administrado em sua máxima instância pelo Conselho de Administração, composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A gestão executiva da Instituição é conduzida pela Administração Central (AC), composta por Presidente, Vice-Presidente Médico, Vice-Presidente Administrativo, Coordenador do Grupo de Pesquisa e Pós Graduação (GPPG) e Coordenador do Grupo de Enfermagem (GENF). Os professores da UFRGS atuam na preceptoria dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal.

02 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

(a) Base de Preparação

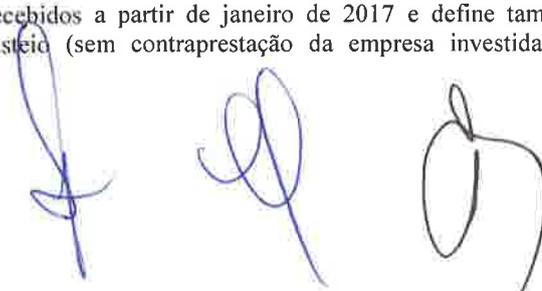
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes incluindo a aplicação da Lei n° 11.638/07), as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos e as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração está sendo apresentada pela Instituição como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Em 01/07/2017, após conclusão do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria STN n° 702/2016, foi atualizada a macrofunção SIAFI n° 02.11.22 que normatiza as Participações da União no Capital das Empresas, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP/STN. Esta norma define que as Empresas devem reconhecer os repasses da União para investimentos como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, sendo registrados no Passivo Não Circulante (como Instrumentos Financeiros) os valores recebidos até 31/12/2016 e no Patrimônio Líquido (como Instrumento Patrimonial) os valores recebidos a partir de janeiro de 2017 e define também, que os repasses recebidos da União para custeio (sem contraprestação da empresa investida) devem ser reconhecidos no resultado.





Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Desta forma, os valores de Subvenções e Doações Governamentais, que eram registrados em conformidade com a NBC T TG nº 07 foram transferidos para conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

(c) Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

A base de elaboração das Demonstrações Financeiras é o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Financeiro do Governo Federal, no qual o HCPA encontra-se aderido desde 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei nº 4.320/76, observando aspectos da Lei 6.404/76 e Lei 11.638/07 em relação à escrituração contábil.

(d) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação, realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil- SRFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbios sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(e) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: Caixa e Equivalentes de Caixa, Crédito de Fornecimento de Serviços, Recursos a Receber para Provisões de Contingências, Recursos a Receber para Apropriações por Competência de Férias, Décimo Terceiro Salário, Licença Especial, Previdência Privada-TSP e demais contas a receber.

A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, ativos disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Instituição tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor. O excesso de caixa é aplicado no Fundo 133- Extra Mercado do Banco do Brasil.

(g) Estoques

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 30 de setembro de 2017. No estoque não constam itens com custo superior ao valor

Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

realizável líquido. As perdas conhecidas em estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que tais perdas ocorrem.

(h) Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais estão compostos de valores relativos aos depósitos recursais vinculados a causas trabalhistas, corrigidos até 30 de setembro de 2017. Os recursos vinculados aos processos trabalhistas, depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. Os depósitos recursais referentes a processos trabalhistas são pagos com recursos próprios. Quando da execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional e o valor do depósito existente é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(i) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do Ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e quando dos quais espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos. (Nota nº09 e 10)

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização acumulada nas Demonstrações Financeiras está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Maquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis, Utensílios Diversos.	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

(j) Impairment de ativos não financeiros

A administração do HCPA revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, periodicamente, com o objetivo de determinar e avaliar, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem, que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração, com base nos fluxos de caixa futuros projetados e descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de



Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

venda dos ativos menos os custos estimados para venda e b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou unidade geradora de caixa.

(k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido. (Nota nº 11)

(l) Obrigações Tributárias

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos dos fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e Leis Federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970. (Nota nº 12)

(m) Benefícios a Empregados

A Instituição possui diversos planos de benefícios a empregados, como creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado, obedecendo ao regime de competência. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar. (Nota nº 20)

(n) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

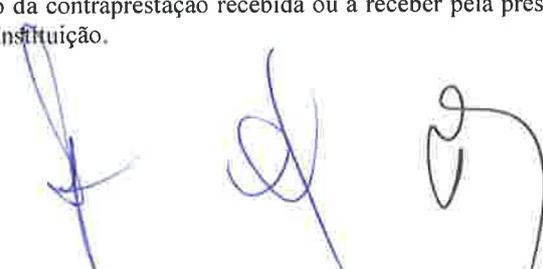
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível compõe-se de: R\$10.932 Cíveis, R\$114.569 Trabalhistas e R\$19.280 Tributárias, totalizando R\$144.781.

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que as despesas deste tipo são cobertas por recursos repassados pelo Tesouro Nacional. (Nota nº14).

(o) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.



Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução de repasses para Subvenção e Doações Governamentais, acrescida do reconhecimento da receita e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(p) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares e pesquisas, estão contabilizados dentro da competência pelo seu valor bruto sem deduções.

(q) Repasses Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios e outras despesas, todas relacionadas com os funcionários da Instituição.

Também estão inclusas as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio.

Ainda fazem parte desta rubrica, as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(r) Ajustes da Receita Bruta

Neste grupo, até 31/12/2016 foram lançados os ajustes da conta de receita de Repasses Recebidos, em cumprimento ao CPC nº 7 (R1) e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.143 de 21 de novembro de 2008, sendo a receita excluída do resultado e lançada no Passivo no momento da descentralização ou da transferência dos créditos, e incluída no Resultado quando da respectiva baixa no Passivo na mesma proporção em que ocorria a apropriação das despesas de custeio ou as despesas de depreciação dos bens adquiridos com esses recursos ou ainda, na devolução dos recursos não utilizados.

A partir de 2017 os Repasses recebidos da União para Investimento passaram a ser registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, em conformidade com o disposto na macrofunção SIAFI nº 02.11.22.

(s) Receitas Financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

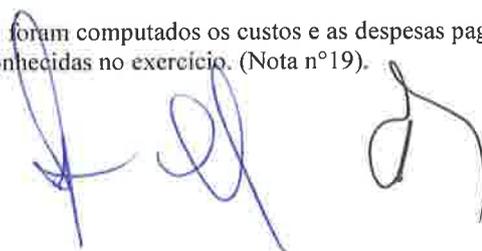
Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. (Nota nº22).

(t) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com a compatibilização dos valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle do HCPA.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondente às receitas de serviços reconhecidas no exercício. (Nota nº19).





Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(u) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: www.hcpa.edu.br e intranet.

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do MEC e da STN, CGU e TCU e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro resultantes de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria Financeira.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário realizado pela Coordenadoria Financeira. A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados são efetivadas após o recebimento efetivo dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

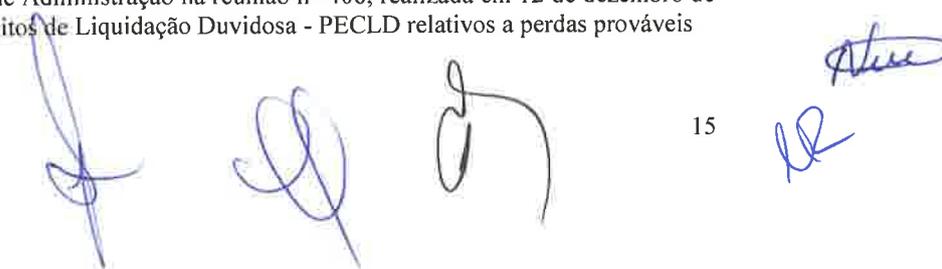
Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2017 os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 13.414, de 10 de janeiro de 2017, publicada no DOU em 11 de janeiro de 2017.

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho de Administração na reunião nº 408, realizada em 12 de dezembro de 2016, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD relativos a perdas prováveis



Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor. Trimestralmente estão sendo atualizados estes valores.

Os Estoques garantem 44 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício. Existem recursos subvencionados para este fim que necessitam ser liquidados durante o exercício.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Caixa	27	8
Conta Corrente	2.193	3.081
Depósitos Bancários de Curto Prazo	18.194	21.323
Conta Limite de Saque	34.686	13.287
Saldo Contábil	<u>55.100</u>	<u>37.699</u>

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para cobrir despesas de capital ou custeio.

06 Créditos de Fornecimento de Serviços

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	38.289	35.767
Convênios Privados	9.168	11.809
Clientes Particulares	5.176	1.936
Créditos Diversos	247	928
Subtotal	<u>52.880</u>	<u>50.440</u>
Apropriação por Competência - PCLD	(17.656)	(14.725)
Valor Líquido a Receber	<u>35.224</u>	<u>35.715</u>
Outras Faturas a Receber (FNS)	4.624	4.624
Saldo Contábil	<u>39.848</u>	<u>40.339</u>

Os Créditos de Fornecimento de Serviços correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição.

O valor de R\$ 4.623, outras faturas a receber, corresponde ao valor devolvido ao FNS referente à ação nº 8585 devido o cancelamento de RAPNP (2012 a 2014) parcela esta pertencente ao contrato firmado com

Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

o Gestor de Saúde do Município de Porto Alegre pela prestação de serviços SUS, o qual está aguardando reposição do crédito orçamentário e financeiro, visto o cancelamento dos Restos a Pagar Processados (RAPs) ter sido motivado pelo rompimento de contratos com fornecedores. Não houve, em etapas posteriores, nova licitação para atender as demandas de custeio das atividades do HCPA inerentes aos contratos cancelados.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD" ou "Impairment").

07 Adiantamentos de Pessoal

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Décimo Terceiro Salário	17.650	16.220
Férias	1.480	1.344
Abono sobre Férias	706	638
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	<u>19</u>	<u>10</u>
Saldo Contábil	<u>19.855</u>	<u>18.212</u>

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, a Instituição tem por prática adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2017 enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em setembro relativo à competência outubro de 2017.

08 Estoques de Materiais de Consumo

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Medicamentos	4.668	6.917
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	6.575	9.015
Material de Órtese e Prótese	1.379	1.444
Materiais e Utensílios	386	512
Rouparia (uniformes)	1.351	1.160
Higiene, Limpeza, Segurança e Proteção	210	412
Material Expediente/Informática/Gráfica	333	562
Combustíveis, Lubrificantes e Gases	84	68
Materiais Engenharia/Ferramentas/Elétrico/Predial	<u>2.060</u>	<u>2.290</u>
Saldo Contábil	<u>17.046</u>	<u>22.380</u>

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.








17

Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

09 Imobilizado

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados.

A depreciação acumulada está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

(a) Movimentação do Ativo Imobilizado

	<u>Tx. %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Redução a valor recuperável</u>	<u>30/09/2017 Saldo</u>	<u>30/09/2016 Saldo</u>
Edifícios		210.170	(51.052)	-	159.118	162.428
Terrenos		68.786	-	-	68.786	68.786
Obras em Andamento [1]		378.431	(243)	-	378.188	246.627
Bens Móveis e Imóveis	10 a 20	205.158	(117.285)	(124)	87.749	98.102
Informática	20 a 50	21.108	(14.549)	-	6.559	7.453
Veículos Diversos	10 a 20	1.003	(689)	(44)	270	136
Subtotal Imobilizado		884.656	(183.818)	(168)	700.670	583.532
Importação em Andamento		62	-	-	62	862
Saldo Contábil		884.718	(183.818)	(168)	700.732	584.394

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de benfeitorias em prédios de terceiros, razão pelo qual há depreciação.

	<u>Custo 01/01/2017</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Transf.</u>	<u>Baixas</u>	<u>Custo 30/09/2017</u>
Edifícios	210.170	-	-	-	210.170
Terrenos	68.786	-	-	-	68.786
Obras em Andamento ¹	290.617	87.820	-	(6)	378.431
Bens Móveis e Imóveis	202.185	3.518	-	(545)	205.158
Informática	20.421	844	-	(157)	21.108
Veículos Diversos	1.003	-	-	-	1.003
Total Imobilizado	793.182	92.182	-	(708)	884.656







Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

10 Intangível

O saldo contábil é composto por:

	<u>Tx. %</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Software	20 a 50	405	942

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada.

A amortização acumulada está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

11 Fornecedores

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Unimed Porto Alegre	2.763	2.486
Seltec Vigilância Especializada Ltda	578	193
Cirurgica Jaw	433	304
ACECO TI Sa	426	100
	<u>4.200</u>	<u>3.083</u>
Demais Fornecedores	15.522	23.852
Saldo Contábil	<u>19.722</u>	<u>26.935</u>

Os quatro principais fornecedores representam 21,29% do saldo total de Fornecedores a Pagar na data base de setembro de 2017. A seguir apresentamos as principais transações:

Fornecedor A: 87.096.616/0001-96 UNIMED Porto Alegre – Coop. Médica

Este fornecedor é responsável pelo contrato de Plano Privado de Assistência à saúde coletivo empresarial, de livre adesão, com abrangência Nacional, no Segmento Ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, do tipo de acomodação semi-privativo, sistema de pré-pagamento, a preço per capita e sem carência, destinado aos diretores, funcionários e contratados extra plano do hospital de clínicas de Porto Alegre - HCPA e seus dependentes. Este valor possui participação dos funcionários.

Fornecedor B: 92.653.666/0001-67 Seltec Vigilância Especializada Ltda

Fornecedor responsável pelo contratos cujo objeto do contrato é execução do serviço de segurança armada noturna e diurna no HCPA e na Unidade Alvaro Alvim (filial).

Fornecedor C: 79.250.676/000355 Cirurgica Jaw Comércio de Material

Fornecedor possui diversos processos para venda de materiais de consumo.

Fornecedor D: 43.209.436/0001-06 ACECO TI

Este fornecedor é responsável pela execução da obra do prédio Centro Integrado – CITI, contrato nº 11.444, cuja vigência é 30/12/2017, PAC nº 126.218, valor inicial de R\$ 40.455.964,80, valor atualizado até 31/12/2016 R\$ 54.461.967,59. Atualmente o HCPA vem pagando um valor mensal de aproximadamente R\$ 782.739,79 com este fornecedor.



Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

12 Obrigações Tributárias e Sociais

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos de fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1234 de 30/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

O saldo de Obrigações Sociais é composto pelo INSS retido de Fornecedores.

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Tributos Federais e Municipais retidos de fornecedores	1.354	1.463
PIS sobre Faturamento	35	36
COFINS sobre Faturamento	164	169
Obrigações Tributárias	<u>1.553</u>	<u>1.668</u>
Obrigações Sociais	<u>203</u>	<u>116</u>
Saldo Contábil	<u><u>1.756</u></u>	<u><u>1.784</u></u>

13 Obrigações a Restituir

O valor de R\$ 12.225 em 2016, refere-se ao processo nº 97.0002758-9, interposto contra a Fazenda Previdenciária - diante da inconstitucionalidade instituída pela LC. nº 84/96, quanto aos encargos patronais incidentes sobre o pagamento a autônomos e administradores, no período de setembro 1989 a agosto de 1995, enquanto vigentes as Leis nº 7.787/89 e 8.212/91. Estava registrado em conta de ativo (disponibilidades) e de passivo (Obrigações a Restituir) enquanto aguardava a liberação do crédito orçamentário pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF. Em 2017 foi liberado pela SOF o valor de R\$ 11.756, permanecendo um saldo de R\$ 470. A receita referente ao valor recebido, está registrada no DRE, em conta de Outras Receitas (Nota nº21).

14 Contingências e Apropriações por Competência

	<u>30/09/2017</u>		<u>30/09/2016</u>	
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Contingências (a)	14.518	239.075	253.593	239.660
13º Salário (b)	46.275	-	46.275	42.612
Férias a Pagar (c)	88.381	-	88.381	79.460
Licença Especial (d)	50.512	-	50.512	43.046
Tempo de Serviço Passado TSP (e)	4.386	23.394	27.780	32.947
Saldo Contábil	<u>204.072</u>	<u>262.469</u>	<u>466.541</u>	<u>437.725</u>

A Instituição registra no ativo todos os recursos a receber relativos às provisões e valores a pagar mensurados com segurança e registrados no passivo, provenientes de despesas com pessoal, os quais são custeados com recursos advindos do Tesouro Nacional.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:

Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(a) Contingências

	30/09/2017		30/09/2016
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Contingências Trabalhistas	12.398	222.574	234.972
Contingências Cíveis	2.120	15.644	17.764
Contingências Tributárias	-	857	857
Saldo de Contingências	14.518	239.075	253.593

São reconhecidas como contingências, nas Demonstrações Financeiras, as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

Os valores estimados e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que estas despesas são cobertas por recursos repassados pelo Tesouro Nacional.

(b) Décimo Terceiro Salário

	30/09/2017	30/09/2016
Décimo Terceiro Salário		
Saldo Inicial	-	-
Baixas	(921)	(635)
Apropriações	34.642	31.691
Total de Décimo Terceiro Salário	33.721	31.056
Encargos sobre Décimo Terceiro Salário		
Saldo Inicial	-	-
Baixas	(343)	(238)
Apropriações	12898	11.794
Total de Encargos sobre Décimo Terceiro Salário	12.555	11.556
Total de Décimo Terceiro Salário	46.276	42.612

(c) Férias a Pagar

	30/09/2017	30/09/2016
Férias		
Saldo Inicial	62.197	59.440
Baixas	(51.593)	(45.979)
Apropriações	53.784	44.469
Total de Férias	64.388	57.930
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	23.152	22.100
Baixas	(19.222)	(17.152)
Apropriações	20.063	16.582
Total de Encargos sobre Férias	23.993	21.530
Saldo de Férias a Pagar	88.381	79.460

Notas Explicativas
Período findo em 30 de setembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(d) Licença Especial

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Licença Especial		
Saldo Inicial	32.769	28.684
Baixas	(3.819)	(2.905)
Apropriações	7.867	5.600
Total de Licença Especial	<u>36.817</u>	<u>31.379</u>
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	12.182	10.649
Baixas	(1420)	(1080)
Apropriações	2.933	2.098
Total de Encargos sobre Licença Especial	<u>13.695</u>	<u>11.667</u>
Total de Licença Especial a Pagar	<u>50.512</u>	<u>43.046</u>

(e) Tempo de Serviço Passado

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para Previdência Privada - TSP a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010 referentes às competências de maio de 2010 a dezembro de 2023 e atualizadas pelo INPC, considerando juros mensais de 0,4868%. Como este financiamento é pago com Recursos do Tesouro Nacional, o valor referente às próximas doze prestações encontra-se registrado no Ativo e Passivo Circulante. No Ativo e Passivo Não Circulante constam o restante das parcelas a serem pagas.

15 Dos Repasses Recebidos da União como Subvenções e a Mudança de Critério Contábil.

a) Os valores recebidos até 30/06/2017 referente Subvenções e Doações foram contabilizados em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T TG nº 07 - Subvenções e Assistências Governamentais, aprovada através da Resolução 1.305/10 pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo a receita contabilizada ao longo do período, confrontada com as despesas correspondentes a serem compensadas. Enquanto não atendidos os requisitos para o reconhecimento no resultado os valores foram registrados em conta específica do Passivo Não Circulante, a saber:

Subvenções Governamentais: enquanto não atendido o requisito a que foram destinadas;

Receitas Diferidas: quando do atendimento do requisito a que foram destinadas e

Custo Diferido: quando do atendimento do requisito para o reconhecimento no resultado.

b) Em 01/07/2017, após conclusão do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria STN nº 702/2016, foi atualizada a macrofunção SIAFI nº 02.11.22 que normatiza as Participações da União no Capital das Empresas, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP/STN. Esta norma define que as Empresas devem reconhecer os repasses da União para investimentos como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, sendo registrado no Passivo Não Circulante (como Instrumentos Financeiros) os valores recebidos até 31/12/2016 e no Patrimônio Líquido (como Instrumento Patrimonial) os valores recebidos a partir de janeiro de 2017. Define também, que os repasses recebidos da União para custeio (sem contraprestação da empresa investida) devem ser reconhecidos no resultado.



Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Nota: Sobre os valores recebidos até 31/12/2016, incide correção pela Taxa Selic nos termos do Decreto nº 2.673/1998, até a data de sua capitalização e conforme previsto no Decreto nº 8.945/2016, o montante dos recursos transferidos pela União a partir de 01/01/2017, para fins de aumento de capital deverá ser capitalizado até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência e não estão sujeitos à correção pela Taxa Selic.

Da Contabilização da Correção pela Taxa Selic sobre os recursos recebidos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

- a) Contabilidade pública / SIAFI: a Nota Técnica nº 04/2017/CCON/CGF/SPO/SPO, com base na macrofunção SIAFI nº 02.11.22, propõe que o registro contábil da regularização de estoques pela Selic deve ser realizado em conta de Resultados de Exercícios Anteriores.
- b) Contabilidade Societária: Considerando que o HCPA, em seus registros contábeis, teve como base a NBC TG 07 (CPC 07) Subvenção e Assistência Governamentais, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico – CPC 23, que trata das políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro, considerando que a definição da mudança de critério contábil foi publicada pela STN em junho de 2017 e considerando a manifestação das Auditorias Interna e Independente, contratada pelo HCPA, procedemos o registro contábil da regularização de estoques pela Selic no Resultado do Exercício de 2017.

Desta forma, os registros contábeis referentes ao valor da atualização do AFAC pela Taxa Selic, apurado até 31 de dezembro de 2016, foram realizados conforme segue:

Na contabilidade Societária: reconhecidos os valores no resultado do exercício de 2017 e

Na contabilidade Pública/SIAFI/MCASP: reconhecidos os valores como resultado de exercícios anteriores, atendendo a orientação da CCON/CGF/SPO.

Da contabilização para atender a mudança de critério contábil.

O saldo em 31/12/2016 de R\$ 327.899.594,71 nas contas de Subvenções e Receitas Diferidas foi transferido para conta de AFAC no Passivo Não Circulante – PNC (instrumentos financeiros) e atualizado pela SELIC.

O valor de R\$ 95.592.597,47 recebido a partir de 01/01/2017 foi transferido para conta de AFAC – Patrimônio Líquido – PL (instrumentos patrimoniais) sem atualização pela SELIC.

O valor da atualização pela Taxa Selic, em 30/09/2017 é de R\$ 117.206.079,10, sendo R\$ 78.323.153,89 calculado até 12/2016 e R\$ 38.882.925,21 calculado em 2017.

O valor registrado na conta de Custo Diferido em 30 de junho de 2017 era de R\$ 37.353.000,00 o qual foi revertido para conta de resultado (despesa).

O valor de R\$ 14.714.598,75 que referia-se a Subvenções recebidas para custeio, foi revertido para conta de resultado (receita).



Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrativo dos valores recebidos como AFAC até 31/12/2016 Atualizados

	em Reais		
	Valor Recebido Original	Valor Corrigido até 30/09/17	Correção Selic Acumulado
2008	525.370,05	1.293.651,14	768.281,09
2009	4.056.074,06	9.260.471,39	5.204.397,33
2010	6.547.771,35	13.779.156,05	7.231.384,70
2011	15.690.043,43	30.242.883,35	14.552.839,92
2012	13.744.702,20	23.891.616,52	10.146.914,32
2013	23.084.199,06	36.846.091,20	13.761.892,14
2014	56.514.045,48	81.544.732,78	25.030.687,30
2015	77.049.537,87	99.567.871,77	22.518.333,90
2016	130.687.851,24	148.679.199,65	17.991.348,41
TOTAL	327.899.594,74	445.105.673,84	117.206.079,10

16 Capital Social

O Capital Social pertence integralmente a União Federal. O último aumento de capital ocorreu em 13 de junho de 2012, com a incorporação dos lucros acumulados apresentados nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011 e autorizado pelo Ministério da Fazenda. Não houve evolução do Capital nos quatro últimos exercícios.

17 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A partir da competência 2010, na medida em que os bens objeto do ajuste de avaliação patrimonial estão sendo realizados, ou seja, depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, simultaneamente, os respectivos valores são transferidos dessa conta para conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Saldo Inicial em 01 de janeiro	(18.173)	(16.854)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(973)	(1.173)
Saldo em 31 de março	<u>(19.146)</u>	<u>(18.027)</u>

Notas Explicativas
Período findo em 30 de setembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

18 Receita Operacional Líquida

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Serviços Prestados		
SUS	121.302	132.086
Convênios, Particulares e Pesquisa	<u>41.006</u>	<u>39.772</u>
Total de Serviços Prestados	<u>162.308</u>	<u>171.858</u>
Repasse Recebidos		
Repasse Recebidos	858.782	767.057
Repasse de Apropriações a Receber	75.855	73.357
Total de Repasse Recebidos	<u>934.637</u>	<u>840.414</u>
Total da Receita Bruta	<u>1.096.945</u>	<u>1.012.272</u>
Ajustes da Receita		
Receita de Diferido (Reversão da Subvenção)	(410)	5.034
Subvenções e Doações Governamentais	(95.592)	(91.071)
Repasse Concedido	(777)	(308)
Total de Ajustes da Receita	<u>(96.779)</u>	<u>(86.345)</u>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(270)	(259)
COFINS sobre Faturamento	(1.248)	(1.195)
Glosas e Abatimentos	-	(32)
Total das Deduções da Receita Bruta	<u>(1.518)</u>	<u>(1.485)</u>
Receita Líquida Operacional	<u>998.648</u>	<u>924.441</u>



Notas Explicativas
Período findo em 30 de setembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

19 Custos dos Serviços e Despesas Administrativas por Natureza

			<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
	<u>Custo dos Serviços</u>	<u>Despesas Administrativas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Salários e Encargos	508.559	123.270	631.829	568.340
Bolsas Residentes	18.726	4.539	23.265	21.579
Sentenças	1.508	366	1.874	971
Benefícios de Pessoal	46.195	11.197	57.392	52.120
Consumo de Materiais	81.953	19.864	101.817	107.810
Depreciações/Amortizações	13.590	3.294	16.884	16.873
Locação Mão de Obra	4.659	1.129	5.788	4.777
Consultoria/Serviços PF	7.027	1.703	8.730	8.041
Fundação de Apoio	16.745	4.059	20.804	19.944
Loc./Manutenção Bens Móveis	6.342	1.537	7.879	6.506
Loc./Manutenção Proc. Dados	9.492	2.301	11.792	13.968
Loc./Manutenção Bens Imóveis	1.757	426	2.183	3.940
Energia Elétrica, Água e Telefone	10.299	2.496	12.796	14.439
Serviço de Controle Ambiental	614	149	762	818
Seleção e Treinamento	1.940	470	2.410	2.796
Serviços Médicos	4.145	1.005	5.150	1.105
Serviços de Publicidade	294	71	366	497
Serviços de Cópias e Reprodução	1.799	437	2.236	1.613
Despesas com Frete	458	111	569	1.450
Diversas Comunicações em Geral	1.010	245	1.255	1.173
(-) Incorporações Bens	(300)	(73)	(373)	(1.004)
(-) Produção Estoque e Permanente	(1.020)	(247)	(1.267)	(1.295)
Subtotais	735.792	178.349	914.141	846.462
Apropriação para Férias	2.432	590	3.022	(2.102)
Apropriação para Licença Especial	4.476	1.085	5.560	3.714
Provisão para Contingências	16.897	4.096	20.992	29.133
Apropriação para 13º Salário	37.247	9.028	46.275	42.612
Provisões e Apropriações	61.051	14.798	75.849	73.357
Saldo Contábil	796.843	193.147	989.990	919.819

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com a compatibilização dos valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviço reconhecidas no semestre.

Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

20 Despesas de Benefícios a Empregados

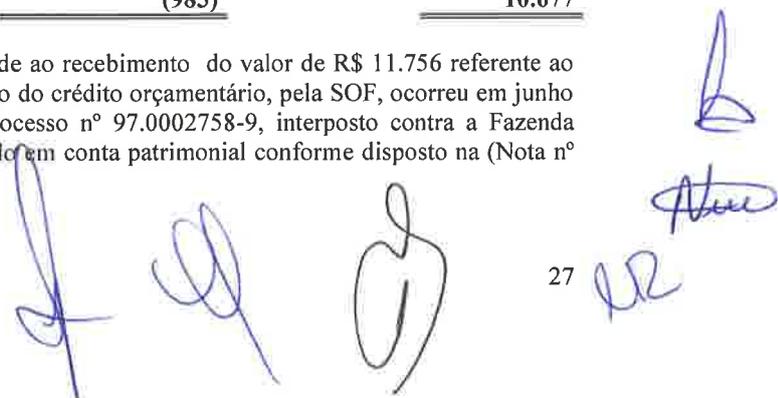
	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Auxílio Creche	1.018	949
Auxílio Alimentação	24.778	22.311
Vale Transporte	2.184	2.023
Assistência Médica	11.881	9.171
Previdência Privada	20.582	17.666
Saldo Contábil	<u>60.443</u>	<u>52.120</u>

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

21 Outras Receitas e Despesas

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Outras Receitas		
Alugueis	2.958	2.701
Receitas de Leilões	76	73
Indenizações e Restituições	11.756	3.126
Reversão de PCLD	1.265	566
Reversão Receita Diferida/Subvenções-Custeio	14.715	-
Doações de Estoque e Uso Permanente	3.725	3.678
Valores Diferidos	-	1.209
Total de Outras Receitas	<u>34.495</u>	<u>11.353</u>
Outras Despesas		
Reversão do Custo Diferido/Subvenções	(34.279)	-
Outras Despesas	(996)	(157)
Resultado com Baixa de Bens		
Reversão Depreciação	-	689
Valor Bruto de Baixa de Bens	(203)	(1.208)
Total de Baixa de Bens e Outras Despesas	<u>(35.478)</u>	<u>(676)</u>
Saldo de Outras Receitas e Despesas	<u>(983)</u>	<u>10.677</u>

O saldo de Indenizações e Restituições corresponde ao recebimento do valor de R\$ 11.756 referente ao recurso financeiro recebido em 2016 cuja liberação do crédito orçamentário, pela SOF, ocorreu em junho de 2017 e refere-se à sentença favorável no processo nº 97.0002758-9, interposto contra a Fazenda Previdenciária. O registro contábil está evidenciado em conta patrimonial conforme disposto na (Nota nº 14).



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones at the bottom.

Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

O valor de R\$ 14.715 corresponde a Subvenções recebidas para custeio o qual foi revertido para conta de resultado (receita) devido mudança de critério de contabilização de Subvenções para Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

O valor de R\$ 34.279 refere-se a parte do saldo existente na conta de Custo Diferido em 30 de junho de 2017 (R\$ 37.353) revertido para o resultado devido a mudança de critério contábil Subvenções/AFAC.

22 Resultado Financeiro

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	1.699	1.143
Juros e Multas Previstos em Contratos	350	219
Variação Cambial e Monetária Ativa	416	166
Total Receita Financeira	<u>2.465</u>	<u>1.528</u>
Despesa Financeira		
Juros sobre TSP e Multas	(1.479)	(1.930)
Variação Cambial	(869)	(2.806)
Atualização Monetária/Selic sobre AFAC	(117.206)	-
Total Despesa Financeira	<u>(119.554)</u>	<u>(4.736)</u>
Saldo Contábil	<u>(117.089)</u>	<u>(3.208)</u>

A receita financeira é reconhecida pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

O valor de R\$ 117.206 refere-se a atualização pela Taxa Selic dos repasses da União para investimento - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, recebidos até 31/12/2016.



Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

23 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada é de R\$ 320.408 e a vigência da apólice é de 01 de junho de 2017 a 01 de junho de 2018.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 01 de junho de 2017 a 01 de junho de 2018. A importância segurada é de R\$ 13.277.



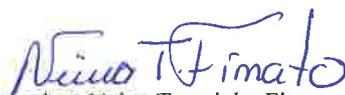
Prof. Milton Berger
Vice-Presidente Médico



Prof. Nadine Oliveira Clausell
Presidente



Me. Jorge Luis Bajerski
Vice-Presidente Administrativo



Contadora Neiva Teresinha Finato
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 23.292



Adm. Paulo da Cunha Serpa
Coordenador Financeiro - CRA/RS nº 5.114



Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Contadora - CRC/RS nº 69.663

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS.

Eldorado do Sul, 16 de novembro de 2017.

Aos
Aos Administradores e Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias trimestrais, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Demonstração Intermediária.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias correspondentes da demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.



AudiLink & Cia. Auditores
CRC-RS 003688/F-0
Nelson Câmara da Silva
Contador CRC/RS 023584/O-8 S-RS